



# O papel do Estado no fim dos tempos: análise e aplicações de Apocalipse 13

*Letícia Constantino Ferro<sup>1</sup>*

## Resumo

O livro bíblico de Apocalipse apresenta-se como texto profético para a realidade vigente, relacionando-se com questões para além da teologia, como implicações sociais, econômicas, jurídicas e culturais. Diante disso, a pesquisa se propõe a analisar o capítulo treze e a simbologia da besta aplicada ao contexto político, considerando diferentes correntes teológicas cristãs. Utiliza-se uma abordagem qualitativa, por meio da revisão bibliográfica relacionada ao assunto. Espera-se elucidar o diálogo entre fé cristã e o papel governamental atual e futuro, apontando possíveis caminhos de uma relação equilibrada entre as duas esferas, perante um cenário de ceticismo político.

**Palavras-chaves:** Escatologia política. Governo. Teologia prática. Intervenção estatal.

## 1 Introdução

O verbete “apocalipse” vem do grego *apokálypsis* e significa “revelação”, um termo que era originalmente associado à ideia de um véu sendo retirado e expondo algo antes desconhecido, imagem que traduz a sensação de ler o último livro do cânone bíblico.

Escrito por volta do ano 95 d.C, quando o apóstolo João estava exilado na ilha de Patmos (atual Grécia) devido à perseguição ao cristianismo promovido por Domiciano no Império Romano, o livro de Apocalipse tem por objetivo revelar a perspectiva divina da vitória futura e, assim, trazer esperança ao povo cristão em meio às perseguições.

Ao observar na atualidade, considerando que o processo histórico ocidental de formação teve como base religiosa o cristianismo, a ideia de fim dos tempos é algo que permeia as culturas, inclusive no contexto brasileiro, profundamente

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Ciências Jurídicas da Universidade Católica de Pernambuco. Cristã protestante, atualmente é participante do grupo de estudos em Direito da Associação Brasileira de Cristãos na Ciência (ABC<sup>2</sup>). *E-mail: leticia.00000859354@unicap.br*

influenciado pelo catolicismo romano em sua gênese e pelo movimento evangélico pentecostal mais recentemente (Oliveira; Pierezan, 2016, p. 1).

Contudo, observa-se que há problemas na aplicação do livro apocalíptico no cenário sociopolítico nacional, pois, muitas vezes o imaginário popular é permeado por alardes políticos, influenciados por veículos midiáticos e por narrativas sensacionalistas de figuras poderosas (Rocha, 2009, p.39).

Tal fenômeno é ainda mais perceptível no debate sobre o capítulo treze, o qual se refere aos poderes políticos, sociais e econômicos das figuras escatológicas malignas (o anticristo e as duas bestas), que se relacionam com o tecido social regulamentado pelo Estado, fazendo com que esse elemento seja de fundamental importância na compreensão do último livro da Bíblia.

Desse modo, o objetivo da pesquisa é elucidar as aplicações da narrativa escatológica na vida comum, buscando responder a seguinte questão: “como as interpretações teológicas do capítulo treze de Apocalipse se relacionam com a concepção de Estado e oferecem implicações práticas na sociedade de hoje?” e, para isso, a metodologia utilizada nessa pesquisa possui caráter qualitativo, sendo efetivada por meio da revisão bibliográfica acerca do assunto.

No artigo, será desenvolvido primeiramente o conceito de Estado por alguns dos principais autores das ciências sociais, depois serão expostas interpretações do capítulo treze de duas das tradições mais conhecidas no Brasil (católica romana e pentecostal clássica), apontando para a relação do Estado e seu papel na narrativa e, finalmente, na seção de considerações finais, espera-se abordar possíveis caminhos práticos das lições extraídas para a sociedade.

## 2 Conceito de Estado

Compreender o conceito de Estado é imprescindível para analisar a sua função no cenário escatológico, pois a sua atuação na contemporaneidade é basilar na dinâmica social.

Diante disso, é válido destacar que sua definição, assim como boa parte dos objetos de estudo das ciências humanas, não possui explicação única, apresentando um caráter polissêmico nos estudos acerca do tema (Bobbio, 2007, p.67).

Portanto, primeiramente é necessário realizar uma retomada histórica da ideia de Estado, passando por alguns dos principais autores, a começar por Nicolau Maquiavel que cunhou o termo Estado na sua obra *O Príncipe* (1532), publicada postumamente.

Para assimilar a ideia de Maquiavel, é preciso considerar o contexto histórico da época de segmentação do território italiano, permeado por disputas locais de poder, em conjunto com a formação dos primeiros Estados modernos.

Assim, ele definiu Estado como o poder máximo, personificado na figura do soberano, sendo exercido sobre a população de determinada região e utilizado como forma de manutenção do poder, seja pelo convencimento ou pelo uso monopolizador da força, uma vez que os fins do Governante devem ser alcançados, pouco importando os meios para isso, como descrito pelo próprio autor ao longo do livro, exemplificado no seguinte trecho:

Os que, por suas virtudes, semelhantes às que aqueles tiveram, tornam-se príncipes, conquistam o principado com dificuldade, mas com facilidade conservam; e os obstáculos que se lhes apresentam no conquistar o principado, em parte nascem das novas disposições e sistemas de governo que são forçados a introduzir para fundar o seu Estado e estabelecer a sua segurança. Deve-se considerar não haver coisa mais difícil para cuidar, nem mais duvidosa a conseguir, nem mais perigosa de manejar, que tornar-se chefe e introduzir novas ordens (Machiavelli, 2005, p.36 e 37).

Destaca-se a importância de Maquiavel para o debate, pois é pioneiro em analisar a função estatal na sociedade civil e seus mecanismos de coerção na formação social moderna.

Outro autor que se debruçou intensamente sobre o assunto foi o sociólogo clássico Max Weber (1864-1920) no século XIX.

Desconsiderando o lapso temporal entre os dois pensadores, Weber retoma o conceito maquiavélico, porém o aplica em um contexto estatal mais consolidado, pois outro elemento se consolida no processo de legitimação: a burocracia, entendida como exercício racional do poder por meio da organização administrativa (Bianchi, 2014, p.97).

Desse modo, Weber conceitua o Estado como autoridade máxima sobre um determinado povo e território, destacando sua manutenção pelo o monopólio do uso

da força validada pela via burocrática-legal, como descrito no trecho:

“O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima” (Weber, 1982, p. 98).

Logo, o sociólogo concorda com o raciocínio de Maquiavel, porém adiciona a questão racional-legal, consolidada no Estado em sua época.

Na contemporaneidade, o filósofo Norberto Bobbio (1909-2004) é referência nesse tema, destacando-se por expandir o conceito ao destacar o elemento jurídico como basilar, a partir da definição de poder estatal como “organização política” e aponta sua legitimação histórica por meio da construção do ordenamento jurídico, como expresso no livro *Estado, Governo e Sociedade*:

Do ponto de vista de uma definição formal e instrumental, condição necessária e suficiente para que exista um Estado é que sobre um determinado território se tenha formado um poder em condição de tomar decisões e emanar os comandos correspondentes, vinculatórios para todos aqueles que vivem naquele território e efetivamente cumpridos pela grande maioria dos destinatários na maior parte dos casos em que a obediência é requisitada (Bobbio, 2007, p.95).

Ao avaliar a temática por meio dos autores citados, verifica-se que o conceito de Estado se aprimorou ao longo do tempo, mas permanece o reconhecimento dos seus três elementos essenciais: poder, povo e território.

Portanto, desenvolver a observação da análise escatológica partindo da noção de Estado é compreender como esses três componentes se relacionam com o cenário escatológico, mas também com o atual, pois essa instituição exerce poder no cotidiano.

### 3 Papel do Estado em Apocalipse 13

A partir do estabelecimento do conceito de Estado neste artigo e da leitura do capítulo treze de Apocalipse, é possível estabelecer conexões entre questões governamentais e teológicas em diferentes leituras exegéticas cristãs. Nesse momento, o foco será nas hermenêuticas Católica Apostólica Romana e Pentecostal Clássica, mas é válido destacar que não são as únicas tradições cristãs.

Ao analisar as diferentes interpretações desse capítulo, nota-se que as duas linhas hermenêuticas possuem em comum a representação do Estado na figura do Anticristo e das feras, figuras que têm como função se opor à soberania de Cristo, por meio da imitação distorcida dos valores messiânicos (Wright, 2020, p.152) e que possuem seu poder validado amplamente no tecido da sociedade, da política e da economia, como demonstrado na passagem:

E lhe foi concedido poder para dar vida à imagem da besta, para que também a imagem da besta falasse e fizesse morrer todos os que não adorassem a imagem da besta. A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos, faz com que lhes seja dada certa marca na mão direita ou na testa, para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número do seu nome (Ap 13: 15-17).

Partindo de uma exegese católica romana, a representação do Anticristo pode ser compreendida como referência ao grande Estado da época, o Império Romano. Compreende-se a fera das águas como representação do poder jurídico, pois as normas romanas chegavam a Ilha de Patmos pelo mar, e a fera da terra como representação do poder político e religioso, considerando uma época de intensa perseguição religiosa estatal e exaltação divinizante à figura do Imperador.

Por outro lado, a leitura pentecostal clássica referencia o Anticristo como o poder jurídico, e as bestas emergentes como poderes midiáticos e políticos complementares ao representarem falsos profetas (Froense, 2011).

Ademais, aponta que a tríade consegue exercer domínio por conta da união dos poderes governamentais das nações, formalizados pelos respectivos Estados, sendo isso possível pelo fenômeno da globalização, um processo de quebra de barreiras geográficas, por meio dos instrumentos midiáticos, financeiros e tecnológicos (PUCRS Online, 2025).

Para além das particularidades exegéticas, é notável a presença do Governo no cenário profético em ambas as linhas de interpretação, pois referenciam a atuação dos poderes políticos, jurídicos e econômicos, elementos que só conseguem se estruturar por meio do Estado (Bobbio, 2007, p.82) e são exercidos por indivíduos em um território, que a partir da globalização, possui um território cada vez mais abrangente.

Desse modo, uma vez que a política é instrumentalizada pelo Anticristo, o Estado é percebido como instrumento de validação desses poderes repressivos, pouco importando a parte do espectro político em que o governo está situado, pois o texto profético direciona-se às políticas de todas as ideologias, chegando a suprimir Direitos Humanos fundamentais, como o direito à vida, de ir e vir o direito à liberdade religiosa e à propriedade privada, como demonstrado ao longo do capítulo.

Inclusive, o filósofo Norberto Bobbio, desconsiderando fundamentações teológicas em sua obra *A Era dos Direitos*, corrobora com essa perspectiva sobre uma atuação governamental opressora na sociedade, ao indicar a necessidade de cautela com a fragilização das fronteiras e com a estruturação de novas formas de poder estatal, pois podem causar o esvaziamento do significado dos Direitos Humanos, tornando-os meros instrumentos da retórica (Sousa, 2022, p.61).

#### 4 Considerações finais

Considerando que o Brasil foi construído com base em um sistema influenciado pela religião cristã, depreender as interpretações do cânone bíblico é fundamental para buscar relações mais equilibradas entre os sujeitos de Direito.

A partir disso, analisar o poder político enquanto demasiadamente coercitivo na realidade profética, vindo de qualquer corrente política, fornece uma perspectiva mais crítica quanto ao cenário político, estimulando o afastamento de extremos políticos e de populismos, pois inclinações ideológicas descomedidas são refutadas ao reposicionar o lugar do viés ideológico no âmbito emocional, retirando-o de um papel supostamente redentor (Martins, 2022, 15:53).

Além disso, compreender o contexto profético fomenta o pensamento cético quanto aos sensacionalismos, uma vez que a interpretação dos elementos do texto é bem estabelecida e serve de filtro para as informações que são recebidas nos meios de comunicação.

Por fim, outra aplicação relevante nos tempos modernos seria quanto à mudança da perspectiva do propósito do engajamento sociopolítico de cristãos: não para impedir a crise no fim dos tempos, mas para exercer virtudes estabelecidas

pelo divino (como amor, justiça e caridade) no processo de santificação e para repassar a mensagem evangelística para a sociedade e para as próximas gerações, durante esse processo de expectativa de cumprimento profético.

Desse modo, ao longo do artigo foi dissertada a função governamental em tempos futuros, a partir do viés religioso cristão, usando como base a exegese Católica Romana e a evangélica pentecostal clássica, duas das maiores correntes cristãs no Brasil (Caniato, 2023) e que estão no cerne cultural e moral do país, apesar da influência de outras tradições religiosas historicamente.

Depois foi apresentado o contexto histórico do livro Apocalipse do apóstolo João e a definição de Estado, a fim de estabelecer uma linha de análise sólida para o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, apresentaram-se as interpretações bíblicas dos textos e suas perspectivas, relacionando-os com implicações políticas, de modo a apontar possíveis aplicações na realidade material.

Isso demonstra que a espiritualidade não é algo restrito ao aspecto subjetivo, podendo também ser refletido na formação coletiva e auxiliando para a construção de uma sociedade mais coesa, cidadã e consciente na busca de uma realidade mais justa no presente e mais preocupada em deixar um legado para as próximas gerações, enquanto a história não chegar ao seu fim.

## Referências

BIANCHI, Álvaro. O conceito de Estado em Max Weber. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 79-104, 2014. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ln/a/bNshhdRwcCdKFVKLdJMJX9L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de out. 2025.

BÍBLIA Sagrada Ave Maria – edição de estudos. Tradução dirigida por Marcos Antônio Mendes. São Paulo: Ave Maria, 2016.

BÍBLIA Sagrada. Tradução Nova Almeida atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do brasil, 1993.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade. Tradução de Marco Aurélio

Nogueira, 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CANIATO, Bruno. Quais são as igrejas evangélicas que mais cresceram na última década. *Veja*, São Paulo, 22 jul 2022. Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/quais-sao-as-igrejas-evangelicas-que-mais-cresceram-na-ultima-decada/>. Acesso em: 05 de nov. 2025.

MARTINS, Yago. Do lado errado da história (Apocalipse 13). Fortaleza: Igreja Batista Maanaim, 2 out. 2022. 1 vídeo (53 min. 37). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PLoMyxw8xps>. Acesso em: 22 de out. 2025

FROENSE, Arno. Apocalipse 13. In: ASSEMBLEIA DE DEUS ONLINE. São Paulo: 2011. Site. Disponível em: <https://assembleia.org.br/apocalipse-13/>. Acesso em: 19 de out. 2025.

MACHIAVELLI, Niccolò di Bernardo del. O Príncipe. Tradução de Ridendo Castigat Moraes, 1. Ed. Ebooks Brasil, 2005.

PUCRS Online. Milton Santos e outra globalização: sua perspectiva sob o mundo contemporâneo. In: PUCRS Online. [Porto Alegre], 2025. Site. Disponível: <https://online.pucrs.br/blog/milton-santos-globalizacao>. Acesso em: 28 nov. 2025

OLIVEIRA, Débora Ferreira de; PIEREZAN, Alexandre. Análise histórica do Apocalipse de João. In: XIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2016. Anais eletrônicos [...]. Coxim: ANPUH, 2016. Disponível em: [https://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479177765\\_ARQUIVO\\_artigo-ANPUH.pdf](https://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479177765_ARQUIVO_artigo-ANPUH.pdf). Acesso em: 19 out. 2025

ROCHA, Daniel. Escatologia e práxis fundamentalista frente aos desafios dos apocalipses contemporâneos. *Interações: cultura e comunidade*, Uberlândia, v. 4, n. 6, p. 29-45, 2009.

SOUZA, Salatiel Ferreira de. Resumo da obra A Era dos Direitos, de Norberto Bobbio. *Revista conexões de saberes*, Belém, v.6, n.1, p.60-65, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/conexoesdesaberes/article/download/17069/11399>. Acesso em: 28 nov. 2025

WRIGHT, Nicholas Thomas. Apocalipse para todos. Tradução de Paulo Sartor, 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.